

Uma explicação pouco clara sobre o orçamento da União

O ministro João Batista de Abreu declarou à imprensa que o governo e o Congresso chegaram a um acordo "equilibrado" que abriu caminho para a votação dos vetos presidenciais ao Orçamento Geral da União para 1989, reformulado pelo Congresso, no total de 22,5 bilhões de cruzados novos. O acordo, segundo o ministro, prevê a aprovação integral dos vetos mediante a promessa de que a Seplan enviará ao Legislativo projeto de crédito especial restabelecendo grande parte das dotações vetadas e, também, os recursos para os financiamentos às exportações e à comercialização de produtos agrícolas.

Originalmente, o valor dos dispêndios a serem restabelecidos por esse projeto de crédito especial deveria ser de 13,7 bilhões de cruzados novos, mas há informação de que o Palácio do Planalto teria elevado essa soma para 21,5 bilhões de cruzados novos. Em outras palavras, cumprida a formalidade da aprovação dos vetos, tudo voltaria à situação criada pelo Congresso. O ministro do Planejamento, no entanto, garante que isso não vai acontecer, sustentando que será atingida uma economia superior a 6,5 bilhões de cruzados novos, em virtude dos cortes de 55,08% determinados pelo Plano Verão sobre os gastos anteriormente previstos no item "outros custeios e capital". Embora não tenhamos motivo para duvidar da palavra do ministro, devemos aguardar novos esclarecimentos para verificar se esses cortes serão reais ou se tudo não passará de mero ajuste dos números às novas projeções sobre os índices de inflação a partir da entrada em vigor do Plano Verão.

Em todo caso, a existência de um Orçamento aprovado vai limitar as possibilidades de adiamento de despesas do Tesouro, como aconteceu nos meses de janeiro e fevereiro, e normalizar (assim esperamos) o crédito à exportação e à comercialização da safra deste ano. Além disso, em função do acordo entre o Executivo e o Congresso, os Estados e municípios agora já sabem que poderão rolar 92% de suas dívidas externas vencidas e a vencer, em vez dos 75% inicialmente pretendidos pelos ministros da Fazenda e do Planejamento. Será que esse rasgo de generosidade palaciana é compatível com a austeridade exigida para o sucesso do Plano Verão?

É evidente que não, pois, se houvesse margem para generosidades desse tipo, o governo não estaria planejando prolongar ao máximo o congelamento e adiar a chamada flexibilização de preços, que no momento constitui, juntamente com os juros altos, o seu grande trunfo para manter por mais algum tempo a inflação em níveis reduzidos. Ademais, basta olhar para as contas de São Paulo, o Estado mais rico da federação, para ver que as administrações estaduais encontraram maneiras de contornar os constrangimentos da Resolução nº 1.469 do Banco Central, que congelou o endividamento do setor público nos níveis em que se encontrava em dezembro de 1987. São Paulo registrou, em 1988, um déficit de 17,2%, o maior desta década, e fechou o ano com elevado nível de endividamento junto a empreiteiros e fornecedores. Hoje, não obstante os pagamentos desses atrasados feitos nos dois primeiros meses deste ano, o Estado ainda deve cerca de cem milhões de dólares a firmas empreiteiras, como admite o secretário do Planejamento, Frederico Mazzuchelli.

Em suma, gasta-se muito além da receita tanto no governo federal quanto nos governos estaduais, como demonstram o déficit recorde de São Paulo e os 425 milhões de cruzados novos que o Banco Central emitiu em fevereiro para socorrer os bancos estaduais, medida que provocou um crescimento da base monetária bem maior do que seria desejável para um governo empenhado em derrubar a inflação.

Sintoma indisfarçável de que as contas do governo ainda não sofreram os ajustes necessários é a dificuldade que o governo vem encontrando para enviar ao FMI uma previsão confiável para o déficit público de 1989, em razão da falta de um orçamento e da impossibilidade de prever os dispêndios com os juros da dívida interna, que subiram acentuadamente em termos reais, após o Plano Verão, e só devem diminuir quando houver — se houver — certeza de que a inflação se manterá em níveis baixos.

Esse elevado grau de incerteza que cerca a política fiscal aparentemente não provoca qualquer desânimo no Palácio do Planalto. Ao contrário, há certa euforia diante da possibilidade de uma inflação (IPC) inferior a 3% neste mês de março, índice que refletiria apenas o congelamento de preços, dos salários e do câmbio como o demonstra o fato de o INPC de fevereiro ter ficado próximo de 15%, superando os 11,8% do IGP da Fundação Getúlio Vargas e os 14,01% da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da USP. Como se sabe, o INPC é calculado com a mesma metodologia do IPC e reflete a variação dos preços entre os dias 1º e 30 de cada mês. Já o IPC mede os preços do dia 16 ao dia 15 do mês seguinte (com exceção dos meses de janeiro e fevereiro deste ano, quando foram utilizados períodos diferentes em virtude do Plano Verão).

O problema é que o INPC de janeiro já foi usado para o cálculo das primeiras perdas salariais causadas pelo Plano Verão, que serão repostas em três vezes, a partir de março. Uma vez aberto esse precedente, é possível que os sindicatos defendam a utilização do INPC, em vez do IPC, para estimar a defasagem salarial em fevereiro. De março em diante as acentuadas diferenças entre esses dois índices de preços tenderão a diminuir.

Assim, o comportamento da inflação nos próximos meses (abril e maio) vai depender essencialmente do modo como se processar o descongelamento dos preços, salários e câmbio, bem como das alterações no quadro recessivo da economia ao passo que — a médio prazo — os destinos do Plano Verão e do próprio processo inflacionário dependerão essencialmente da ainda esperada redução dos gastos públicos, que somente acontecerá de fato quando forem tomadas as providências para desmontar a hipertrofiada estrutura do Estado brasileiro.

16 MAR 1989